



JUNHO  
VIANA DO CASTELO  
• 2017 •

## Combate ao Desemprego Jovem

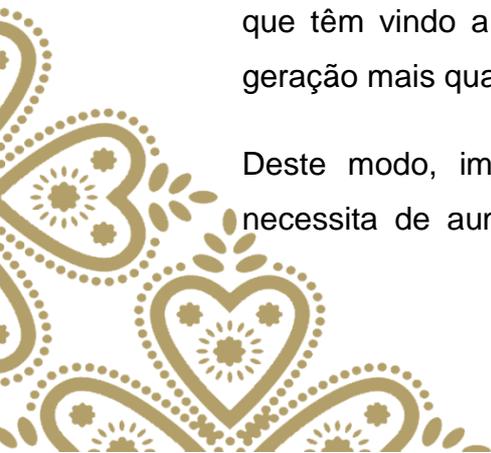
Num país desenvolvido que ambiciona o crescimento e desenvolvimento económico, combater as desigualdades sociais e criar novas oportunidades de rendimento, é imperativo encetar esforços no sentido de introduzir reformas cirúrgicas que combatam os estrangulamentos estruturais da sociedade portuguesa.

Um desses estrangulamentos é, efetivamente, a falta de capacidade económica que Portugal tem, neste momento, para criar emprego qualificado e que absorva a geração mais qualificada de sempre. No relatório da OCDE de fevereiro de 2017, nota-se que, se por um lado, a taxa de desemprego tem vindo a diminuir apesar de permanecer num nível penosamente elevado na ordem dos 10,5%, por outro lado, a situação é mais preocupante entre os jovens onde a taxa de desemprego se situa na ordem dos 26,1% refletindo de forma clara as sérias dificuldades que o mercado de trabalho continua a atravessar.

Num recente estudo coordenado pela Professora Luísa Cerdeira e apoiado pela Fundação Calouste Gulbenkian sobre o perfil e o custo dos estudantes de Ensino Superior, é com particular preocupação que o movimento associativo nacional observa os resultados do inquérito feito aos estudantes sobre a ocupação que terão após o término do curso, em 2015/2016.

Analisando os dados do desemprego jovem e, por outro lado, verificando que 63,6% dos estudantes almejam integrar o mercado de trabalho quando terminarem o seu curso, é com particular apreensão que o movimento associativo nacional conclui que é necessário fazer muito mais do que as atuais medidas conjunturais em vigor, vulgarmente designadas por estágios, que têm vindo a perpetuar a precariedade e a impedir a emancipação da geração mais qualificada de sempre.

Deste modo, importa assinalar ainda que, segundo a OCDE, Portugal necessita de aumentar as qualificações da sua população e efetuar uma



avaliação rigorosa a todos os programas de ensino e formação profissional o que permite evidenciar uma importância central do Ensino Superior na resolução deste problema estrutural do nosso país.

Assim, urge em primeira instância promover uma séria e ampla reflexão em torno desta problemática do desemprego jovem no sentido de procurar respostas aos principais motivos e às possíveis soluções que se exige aplicar. Todavia, é crucial ter como elemento basilar desta reflexão o Ensino Superior que tem uma relação direta com o desenvolvimento do país sendo que é consensual que um país qualificado é um país mais competitivo, mais justo e mais livre.

Contudo, a reformulação da rede de ensino superior e o incentivo às instituições que alargam os seus horizontes e procuram estabelecer relações com o meio empresarial devem ser princípios claros numa verdadeira reforma que procure aumentar a empregabilidade dos nossos recém-formados.

Assim, as Federações e Associações Académicas e de Estudantes, reunidas em sede de Encontro Nacional de Direções Associativas nos dias 10 e 11 de junho, vêm por este meio propor que se desenvolva uma estratégia de combate ao desemprego jovem por via do Ensino Superior, que tenha por base as seguintes premissas:

1. Reorganizar de forma equilibrada a oferta formativa das instituições de ensino superior, não hipotecando a diversificação da mesma, no registo que a inovação criada através da investigação permite a variação do espectro laboral;
2. Oferta formativa adaptada à região onde as instituições de ensino superior estão inseridas garantindo um equilíbrio entre o mercado de trabalho da região e a oferta formativa já existente;
3. Criar um Plano Nacional de Combate ao Desemprego Jovem, que deverá ter um representante dos estudantes de cada um dos subsistemas do Ensino Superior na sua elaboração e promoção.



Viana do Castelo, 10 e 11 de junho de 2017

**Endereçado a:** Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; Ministério do Trabalho, Solidariedade e da Segurança Social

